



RELATÓRIO DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tema:
*Consolidar o SUAS e valorizar
seus Trabalhadores*

**19 a 21 de outubro de 2011
Ponta Mar Hotel
Fortaleza -CE**

Apoio:



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Realização:



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social

Governador do Estado do Ceará

Cid Ferreira Gomes

Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social

Evandro Sá Barreto Leitão

Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/CE

Presidente Roseli Ferreira da Silva

Vice Presidente Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro

Secretária Executiva Maria Tereza de Araújo Serra

EXPEDIENTE DO CEAS-CE

MESA DIRETORA

Presidente Roseli Ferreira Gomes

Vice Presidente Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro

7ª GESTÃO DO CEAS-CE (2010-2012):

PODER PÚBLICO:

1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

Titular: Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro

Suplente: Maria Heurenice Moura de Souza

2. Secretaria de Educação Básica – SEDUC

Titular: Sônia Maria Araújo Gonçalves

Suplente: Walérya Maria da Silva

3. Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG

Titular: Eliane Barbosa Hissa

Suplente: Maria Nádia Bezerra Reis

4. Secretaria da Saúde – SESA

Titular: Vanda Deucila Moura

Suplente: Tiago Farias Bastos

5. Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Titular: Lêda Maria Cruz

Suplente: Márcio William França Amorim

6. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECITECE

Titular: Stela Sílvia Ponte Soares

Suplente: Meire Celi Freitas de Aguiar

7. Secretaria das Cidades

Titular: Margarida Nunes de Miranda

Suplente: Maria Nair de Lima

8. Casa Civil

Titular: Juliana de Souza Aranha Brauner

Suplente: Larisse Pedrosa de Oliveira

9. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS

Titular: Sérgio Gomes Cavalcante

Suplente: Christiano de Almeida Sales

SOCIEDADE CIVIL:

10. Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF

Titular: Francisco Elenilson Gomes do Nascimento

Sociedade para o Bem Estar da Família – SOBEM

Suplente: Aílton Galvão Fonseca

11. Federação de Bairros e Entidades Comunitárias de Caucaia – FEBECC

Titular: Francisca Maria de Sousa

Associação Cearense Pró-idoso – ACEPI

Suplente: Maria José de Souza Leite Jucá

12. Serviço Social do Comércio – SESC

Titular: Lêda Maria Mendes Azevedo

Centro Integrado de Desenvolvimento Infantil – CIDI

Suplente: Maria da Conceição Oliveira do Nascimento

13. Conselho Regional do Serviço Social – CRESS – 3ª Região

Titular: Leiriane de Araújo Silva

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE

Suplente: Cícera Vieira da Costa

14. Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará – SASEC

Titular: Roseli Ferreira da Silva

Suplente: Silvana Garcia de Andrade Lima

15. Conselho Regional de Psicologia – CRP 11ª Região

Titular: Andréa Esmeraldo Câmara

Associação dos Servidores da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – ASSTDS

Suplente: Hilda Antunes Nepomuceno Viana

16. Usuária do CRAS do Município de Beberibe

Titular: Maria Deysiane Lima do Nascimento

Usuária do CRAS do Município de Fortaleza

Suplente: Maria de Fátima Oliveira Silva

17. Usuário do CRAS do Município de Fortaleza

Titular: Michael Platiny Sousa Moura

Usuário do CRAS do Município de Maracanaú

Suplente: Carlos Henrique Avelar Ferreira

18. Usuária do CRAS/ CAIC do Município de Caucaia

Titular: Francisca Elenilda Paz Nascimento

Usuária do CRAS do Município de Maracanaú

Suplente: Maria Margareth da Silva Ferreira

COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Irma Martins Moroni da Silveira

Maria Tereza de Araújo Serra

Célia Maria de Souza Melo Lima

FACILITADORES DOS GRUPOS:

Andréa Esmeraldo Câmara

Célia Maria de Souza Melo Lima

Delza Maria Barata Alencar

Francisca Adriela Vieira Neta

Francisca Enilce Vieira Rocha

Hilda Antunes Nepomuceno Viana

Ivanisa Moraes de Freitas

Leila Maria Passos de Souza Bezerra

Leiriane de Araújo Silva

Maria dos Remédios Maia Alencar

Marisly Ribeiro Almeida Melo

Meirilene Lopes Lemos

Régia Maria Prado Pinto

Sandoval Ribeiro Sena

Silvana de Matos Brito Simões

Vanda Anselmo Braga Santos

APOIO NOS GRUPOS:

Francisca Maria de Sousa

Francisca Elenilda Paz Nascimento

Francisco Elenilson Gomes do Nascimento

Lêda Maria Cruz

Lêda Maria Mendes Azevedo

Maria da Conceição Oliveira do Nascimento

Maria Heurenice Moura de Souza

Maria José de Souza Leite Jucá

Meire Celi Freitas de Aguiar

Rafaela Sampaio

Roseli Ferreira da Silva

Sônia Maria Araújo Gonçalves

Vanda Deucila Moura

Michel Platiny Sousa Moura

COLABORADORES:

Aleksandra Vasconcelos Benevides
Anderson Guimarães de Oliveira
Aryanne de Paz Souza
Christiano de Almeida Sales
Elba Carneiro Falcão de Almeida
Elísio de Araújo Loiola
Lívia Maria Oliveira Castro

Maria do Socorro Pinto de Carvalho
Marilac de Araújo Viana
Maria Meirilene Lopes Lima
Paulo Henrique Almeida
Sérgio Gomes Cavalcante
Stela Silvia Ponte Soares
Tatiane Elpídio da Silva

COORDENAÇÃO GERAL:

Maria Tereza de Araújo Serra

DIGITAÇÃO E FORMATAÇÃO FINAL:

Rafaelle Ribeiro da Silva

APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

Ângela Patricia Christian
Ariadne Aragão Quixadá Felício
Mirian Natália Soares Vasconcelos
Rafaelle Ribeiro da Silva

Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS-CE
Endereço: Rua Pereira Valente, 491 – Aldeota CEP: 60.160-250 - Fortaleza -CE
Fone/Fax: 3101-1562 **E-mail:** ceas.ce@hotmail.com

Sumário

APRESENTAÇÃO

1 - DESENVOLVIMENTO DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SOCIALIZAÇÃO:

1.1 - Breve Descrição (Dinâmica da Conferência)

1.2 - **QUADRO A:** Síntese das mobilizações preparatórias da IX Conferência Estadual de Assistência Social

1.3 - **QUADRO B:** Programação e avaliação da dinâmica dos trabalhos da IX Conferência Estadual da Assistência Social

1.4 - **QUADRO C:** O processo de avaliação (balanço), deverá considerar a realidade atual do SUAS por subtemas, destacando os resultados alcançados (avanços) e os Esperados (desafios), em cada esfera de governo

2- DELIBERAÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (plenária final)

3- ATA E RELAÇÃO DA DELEGAÇÃO CEARENSE PARA A VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4 -QUADRO DE AVALIAÇÃO DA IX DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5 - SUGESTÕES E COMENTÁRIOS

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS – DOCUMENTOS LEGAIS

ANEXO A - Portaria

ANEXO B - Resolução

ANEXO C - Regimento

ANEXO D – Moções aprovadas na IX Conferência Estadual de Assistência Social

ANEXO E - Folder da IX Conferência Estadual de Assistência Social

ANEXO F – Fichas de Inscrições dos (as) Delegados(as)

APRESENTAÇÃO

O Conselho Estadual de Assistência Social e a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, cumprindo suas competências pela Legislação Estadual específica convocaram a IX Conferência Estadual de Assistência Social, realizada nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2011, no Ponta Mar Hotel- Fortaleza – CE.

Coadunando com as orientações nacionais, nela se trabalhou o Tema: “**Consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Valorização dos Trabalhadores**” num contexto em que este é um momento de construção, de construção democrática que nos leva a (re) pensar os caminhos percorridos e a propor novas ações para o fortalecimento da Política de Assistência Social.

O desdobramento do Tema em quatro subtemas permitiu aos conferencistas nas etapas municipal e estadual, manifestarem-se assumindo um tom de **avaliação e proposição**, imbuídos no compromisso de lutar pela superação da pobreza em nosso país, buscando a estruturação da gestão pública da assistência para prevenir vulnerabilidades e riscos sociais, de fortalecer a participação da sociedade para o exercício sistemático do controle social e garantir que os trabalhadores (as) do SUAS sejam valorizados(as) e adquiram condições de operacionalizar serviços, programas e projetos de forma qualificada.

Assim, o esforço empreendido, ao longo da programação, resultou na construção de proposições para os âmbitos estadual e nacional em interface com a municipal, fundamentadas numa leitura crítica dos percursos e do atual estágio da implantação da Política de Assistência Social e consolidação do SUAS, tomando como referência a Síntese Avaliativa Municipal, elaborada pelo CEAS-CE a partir dos relatórios das Conferências Municipais.

O **EXPEDIENTE** do pré-textual credita o mérito da realização da IX Conferência Estadual.

Nos **APÊNDICES** do pós-textual, estão transcritos os Textos Base elaborados especialmente para subsidiar as discussões dos GTS. Finalmente, nos ANEXOS se encontram os documentos comprobatórios da realização e o alcance dos objetivos da Etapa Estadual da IX Conferência.

Este Relatório foi aprovado pelo CEAS-CE em reunião plenária no dia 27 de outubro do ano em curso, na forma da **Resolução Nº029/2011**.

ROSELI FERREIRA DA SILVA
Presidente do CEAS-CE

1-DESENVOLVIMENTO DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.1 – Breve Descrição da Dinâmica da Conferência

ETAPA MUNICIPAL

O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS-CE, após o recebimento do Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social “Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores” do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, realizou em 28/04/2011 no Condomínio Espiritual Uirapuru – CEU em Fortaleza/CE, uma reunião ampliada para todos os municípios com intuito de capacitá-los para a realização das Conferências Municipais e participação na IX Conferência Estadual de Assistência Social.

Dos 184 municípios do Estado, 128 estiveram presentes, ocasião em que receberam o “PASSO a PASSO” para a realização da Etapa Municipal e preparação para Etapa Estadual.

Durante toda a Etapa Municipal o CEAS-CE e a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS mobilizaram, orientaram, apoiaram e participaram da realização das Conferências Municipais que transcorreram de 02 de maio a 30 de agosto de 2011. Desta etapa, obteve-se os seguintes resultados:

- 184 Municípios realizaram suas Conferências Municipais.
- Foram eleitos e inscritos para a Etapa Estadual **510** delegados e **188** observadores, totalizando a previsão de **698** conferencistas municipais.
- Foram encaminhados ao CEAS-CE **184** relatórios de realização das Conferências Municipais.
- Foram apresentadas **264** avaliações dos resultados alcançados e esperados para os entes federados Estado e União considerando a realidade atual do SUAS por subtema:

**QUADRO C: AVALIAÇÃO, RESULTADOS ALCANÇADOS E ESPERADOS
DA IMPLANTAÇÃO DO SUAS, POR SUBTEMAS:**

EIXOS	Estado		União		Total
	Resultados Alcançados	Resultados Esperados	Resultados Alcançados	Resultados Esperados	
I	14	25	12	28	79
II	12	22	17	20	71
III	09	17	11	15	52
IV	12	13	17	20	62

Fonte: Relatórios das Conferências Municipais.

- Foram apresentadas 471proposições/deliberações para os entes federados Estado e União, por subtemas:

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NOS MUNICÍPIOS POR SUBTEMA:

EIXOS	ESTADO	UNIÃO	TOTAL
I	58	48	106
II	89	44	133
III	62	57	119
IV	62	51	113

Fonte: Relatórios das Conferências Municipais.

ETAPA ESTADUAL

O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS-CE, realizou nos dias 19, 20 e 21 de outubro no Ponta Mar Hotel em Fortaleza a IX Conferência Estadual de Assistência Social do Ceará, com a participação de **633** pessoas: entre delegados, observadores, convidados e ouvintes:

Ouvintes: 100

Conselheiros do CEAS-CE e Convidados:

Conselheiros do CEAS-CE e Convidados					
Modalidade	Segmento				Total Modalidade
	Usuário	Entidades	Trabalhadores	Governo	
Conselheiros do CEAS-CE	04	07	03	09	23
Convidados da STDS	-	-	-	45	45
Convidados Entidades/ Órgãos	-	19	02	-	21
Convidados Pessoais	07	-	05	09	21
Total Geral de participantes					110

Participantes dos Municípios:

Metrópole					
Modalidade	Segmento				Total Modalidade
	Usuário	Entidades	Trabalhadores	Governo	
Delegados OG	-	-	-	15	15
Delegados ONG	08	04	03	-	15
Observadores	01	02	-	02	05
Total Geral de participantes					35

Grande Porte					
Modalidade	Segmento				Total Modalidade
	Usuário	Entidades	Trabalhadores	Governo	
Delegados OG	-	-	-	18	18
Delegados ONG	06	05	03	-	14
Observadores	02	01	-	02	05
Total Geral de participantes					37

Médio Porte					
Modalidade	Segmento				Total Modalidade
	Usuário	Entidades	Trabalhadores	Governo	
Delegados OG	-	-	-	40	40
Delegados ONG	09	05	13	-	27
Observadores	04	09	-	02	15
Total Geral de participantes					82

- **Médio Porte – Municípios que não participaram da IX Conferencia Estadual:** Horizonte

Pequeno Porte II					
Modalidade	Segmento				Total Modalidade
	Usuário	Entidades	Trabalhadores	Governo	
Delegados OG	-	-	-	52	52
Delegados ONG	06	23	04	-	33
Observadores	03	02	-	31	36
Total Geral de participantes					121

- **Pequeno Porte II – Municípios que não participaram da IX Conferencia Estadual:** Campos Sales, Forquilha, Ipueiras, Lavras da Mangabeira e Ubajara

Pequeno Porte I					
Modalidade	Segmento				Total Modalidade
	Usuário	Entidades	Trabalhadores	Governo	
Delegados OG	-	-	-	65	65
Delegados ONG	15	25	04	-	44
Observadores	07	02	-	40	49
Total Geral de participantes					158

- **Pequeno Porte I – Municípios que não participaram da IX Conferencia Estadual:** Abaiara, Acarape, Aiuaba, Alcântaras, Altaneira, Antonina do Norte, Arneiroz, Groaíras, Icapuí, Ipaumirim, Moraújo, Penaforte, Santana do Cariri, Senador Sá, Tarrafas, Umari e Varjota.

TOTAL GERAL DOS MUNICÍPIOS

TOTAL GERAL DOS MUNICÍPIOS					
Modalidade	Segmento				Total Modalidade
	Usuário	Entidades	Trabalhadores	Governo	
Delegados OG	-	-	-	190	190
Delegados ONG	44	62	27	-	133
Observadores	17	16	-	77	110
Total Geral de participantes					433

QUADRO GERAL DE TODOS PARTICIPANTES

QUADRO GERAL DOS PARTICIPANTES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Modalidade	Segmento				Total Modalidade
	Usuário	Entidades	Trabalhadores	Governo	
Conselheiros do CEAS-CE	04	07	03	09	23
Convidados da STDS	-	-	-	35	35
Convidados Entidades/ Órgãos	-	19	02	-	21
Convidados Pessoais	07	-	05	09	21
Delegados OG	-	-	-	190	190
Delegados ONG	44	62	27	-	133
Observadores	17	16	-	77	110
Ouvintes					100
Total Geral de participantes					633

Registramos as ausências nesta etapa dos seguintes Municípios (**Pequeno Porte I**): Abaiara; Acarape; Aiuaba; Alcântaras; Altaneira; Antonina do Norte; Arneiroz; Groaíras; Icapuí; Ipaumirim; Moraújo; Penaforte; Santana do Cariri; Senador Sá; Tarrafas, Umari e Varjota. Municípios (**Pequenos II**): Campos Sales; Forquilha; Ipueiras; Lavras da Mangabeira e Ubajara. Municípios (**Médio Porte**): Horizonte, **perfazendo um total de 23 Municípios.**

A divulgação da IX Conferência contou com a cooperação da **assessoria de imprensa** da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

Conforme o previsto, o **Credenciamento** transcorreu das 13h00 do dia 19 de outubro às 11h00 do dia 20 de outubro, com a cooperação dos profissionais que compõem as Secretarias Executivas do CEAS-CE, Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI-CE, da Comissão Intergestores Bipartite – CIB-CE e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional -CONSEA-CE.

Os participantes foram recepcionados pela equipe de credenciamento, sendo-lhes entregue uma sacola contendo: camiseta identificada do evento, marcos legais da política de assistência social; Síntese Avaliativa/Propositivas da etapa municipal, bloco de anotações, caneta, folhetarias diversas, crachá de identificação, ficha de avaliação e cópia da Minuta do Regimento da Conferência.

A IX Conferência Estadual foi abrihantada pela participação do Coral da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e Secretaria de Educação – SEDUC que entoaram os Hinos Nacional e do Ceará e por **uma apresentação cultural** de grupo de crianças e adolescentes que integram o público-alvo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, do Município de Barroquinha. O Projeto de Percussão em Lata – Bate Lata de Barroquinha, tenta por meio de uma diversidade de atividades resgatar e fortalecer a cidadania e a auto estima do público envolvido.

O lema do projeto é “em cada poema um Tom e a cada Melodia um Músico”. Estimular a percepção auditiva do ser, usando o exercício musical, optando pela criação de um método próprio e diferente.

O Cerimonialista da STDS conduziu a **Solenidade de Abertura Oficial** iniciando pelo anúncio e apresentação da intérprete de LIBRAS da IX Conferência, seguindo para a sequência das apresentações culturais previstas para este momento. As apresentações se sucedem, agradando a todos os presentes.

A Mesa de **Abertura Oficial** foi presidida pela Conselheira Roseli Ferreira da Silva – Presidente do CEAS-CE e composta pelas seguintes autoridades por ordem alfabética:

- Evandro Sá Barreto Leitão – Secretário de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social -STDS
- José Ferreira Crus – Conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS
- Leiriane de Araújo Silva – Conselheira do CEAS-CE – representando os trabalhadores da assistência social
- Maria Elaene Rodrigues Alves – Presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS.
- Maria dos Remédios Maia Alencar – Representante da Coordenação do Fórum Estadual de Assistência Social – FOEAS.
- Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro – Vice-Presidente do CEAS-CE
- Michel Platiny Sousa de Moura – Representante dos usuários da assistência social.
- Simone Albuquerque -Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Finda a execução dos hinos, a apresentação do grupo de crianças e adolescentes que integram o público-alvo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, do Município de Barroquinha, o

Projeto de Percussão em Lata – Bate Lata, durante a apresentação, foi exibido um clip homenageando o CEAS-CE pelos seus 15 anos de existência e de atuação no exercício do controle social da política de assistência social do nosso Estado. Em seguida a Sra. Roseli Ferreira da Silva, Presidente do CEAS-CE e da IX Conferência Estadual se pronunciou abrindo oficialmente a IX Conferência, sendo seguida pelos pronunciamentos José Ferreira Crus representante do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; Maria Elaene Rodrigues Alves – Presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS; Simone Albuquerque -Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Evandro Sá Barreto Leitão – Secretário de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social -STDS.

Após os pronunciamentos a Mesa de Abertura Oficial se desfez dando lugar a próxima, coordenada pelas Presidente e Vice Presidente do CEAS-CE, Sras, Roseli Ferreira da Silva e Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro, respectivamente.

A Mesa Redonda tratou dos: **Avanços e Desafios na Consolidação do SUAS – Gestão do Trabalho, Qualificação dos Serviços, Centralidade do SUAS na superação da Extrema Pobreza e Controle Social**, proferidas por Simone Albuquerque¹, Célia Melo², Irma Moroni³.

A participação da assistente social Simone Albuquerque, Diretora do Departamento de Gestão do SUAS do MDS, foi muita informativa e motivadora sendo apreciada por todos que esperavam conhecer como o SUAS vem se desenvolvendo no País. A abordagem partiu das explicações sobre a segunda fase do SUAS traduzida nos seguintes resultados: 99% dos municípios brasileiros aderiram ao SUAS havendo hoje no País sete mil e setecentos CRAS dois mil e trezentos CREAS; sessenta milhões de pessoas são atendidas pelo Programa Bolsa Família e quatro milhões recebendo o Benefícios de Prestação Continuada - BPC. Além do mais, cerca de 12.345 entidades são vinculadas ao SUAS. Expressou, assim, a magnitude do trabalho de proteção social não contributiva desenvolvido no País através do compartilhamento entre os três entes federativos.

O investimento do MDS atinge hoje cerca de 41 bilhões de reais e envolve 270 mil trabalhadores. Demonstrou em sua fala que a qualidade dos serviços socioassistenciais depende dos trabalhadores e que o MDS é favorável ao concurso público como forma de qualificar o SUAS. Afirmou que é preciso discutir e aprofundar o significado do trabalho dos trabalhadores do SUAS para qualificá-lo e consolidar o direito.

1 - Assistente Social, Diretora do Departamento de Gestão do SUAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

2 - Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Servidora Estadual, lotada na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS na Gestão do SUAS.

3 - Assistente Social, Doutora em Serviço Social, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Entende que a qualificação dos trabalhadores requer uma educação permanente e a instituição da mesa de negociação, que também deve se estender aos Estados e Municípios. Tocou na necessidade de estabelecer para o SUAS uma Agenda de Qualidade visando o reordenamento e a qualificação dos serviços socioassistenciais com base na família e no território. Falou da tipificação dos serviços socioassistenciais que ainda não atingiu todos os municípios e isso faz parte do reordenamento das ações do SUAS.

Lembrou a palestrante, que os Estados devem repensar a política estadual já que ela não é o somatório daquilo que é ofertado nos municípios. Aconselhou a regionalização como estratégia para alcançar a qualidade dos serviços. Também, lembrou que com a Lei de Nº 12.435, os Estados e Municípios terão que rever suas leis.

Advertiu sobre a importância do controle social como integrante do SUAS, já que é no espaço democrático dos conselhos que as deliberações são tomadas.

Os delegados e participantes ficaram atentos às palavras da representante do MDS como fonte de informações seguras e mais precisas, já que a mesma desempenha o lugar de diretora no interior do Sistema. Por outro lado, a palestrante já é conhecida pelos que fazem a assistência social tendo participado de outros importantes eventos da assistência em nosso Estado.

A segunda palestrante foi a assistente social da STDS Célia Melo, que apresentou os avanços da Política de Assistência Social no Ceará com os seguintes resultados: a elaboração do Índice de Vulnerabilidade Municipal Composto- IVMC; elaboração do censo e mapa dos riscos sociais notificados no Ceará para definição do índice de riscos social e pessoal - IRIS.; elaboração dos índices de vulnerabilidade das famílias do CADÚNICO com base de dados do IDF; elaboração das taxas de vulnerabilidade dos municípios/ dados censitários -TVS; elaboração das taxas de vulnerabilidade social das famílias do CAD Único- TVS/CADÚNICO; análise dos indicadores de adequabilidade da base de dados- CENSO CRAS e CENSO CREAS; regionalização do índice de desenvolvimento das famílias- IDF; regionalização do Estado para a Implantação de serviços regionalizados;

A palestrante apresentou um interessante mapeamento das demandas de CRAS e CREAS e de Unidades de Acolhimento Municipal e regional nos municípios, fruto dos estudos empreendidos pelas equipes da STDS. Foi mencionado, também, alguns aspectos do plano de regionalização dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, bem como o pacto estadual de aprimoramento da gestão do SUAS para o período de 2011-2014 já pactuado na CIB. O Estado já iniciou o cofinanciamento de serviços e benefícios bem como do PAIF em 103 municípios e 110 CRAS. Sobre os benefícios eventuais apenas 67 municípios recebem financiamento do governo do Estado.

Em relação ao controle social a CIB e o CEAS-CE são estruturados com uma secretaria executiva e uma equipe técnica e administrativa eficiente, contando ainda com boa estrutura e transporte. Conquistou-se por lei estadual, o pagamento de diárias e custeio de despesas de conselheiro não - governamentais quando no exercício da função. Em relação a centralidade do SUAS na superação da extrema pobreza, assistência social três funções básicas, quais sejam, de realizar busca ativa das famílias nessas características para inserir ou atualizar o CADÚNICO; realizar o acompanhamento familiar e encaminhamentos para outros serviços da rede socioassistencial, bem como, das demais políticas públicas. A vigilância socioassistencial se constitui uma área estratégica na coordenação do processo da busca ativa dessas famílias. O ente federado estadual, tem como responsabilidade realizar a oferta de serviços regionalizados, bem como apoio técnico e financeiro aos municípios.

Nessa perspectiva a STDS, estará realizando no mês de novembro oito oficinas regionais, com a participação dos prefeitos, secretários e técnicos dos 184 municípios para planejar o passo a passo para a consolidação da busca ativa, iniciando assim, o processo de assessoramento na elaboração dos planos municipais superação da extrema pobreza.

A palestrante informou que 100% dos municípios cearenses aderiram ao SUAS. Entre os **desafios** mais urgentes apontou: a instituição da política de assistência social e do sistema estadual de assistência social em lei; a universalização dos serviços e benefícios eventuais da proteção social básica e especial nos 184 municípios cearenses; a regionalização dos serviços de proteção social especial de media e alta complexidade conforme o plano de regionalização; reordenamento dos serviços de proteção social especial executados pela STDS. Elaboração de um plano de fortalecimento da CIB e do CEAS-CE; definição da equipe multidisciplinar regional conforme orientação nacional; definir o perfil e o número de profissionais necessários para o trabalho do SUAS; realização de concursos públicos e instituição do plano de cargos, salários e carreiras; instituir uma política de recursos humanos e revisar o plano de capacitação continuada para os trabalhadores do SUAS.

A última participação na mesa coube a professora Irma Moroni da Universidade Estadual do Ceará. Em seu pronunciamento fez alusão à conquista da LOAS, do direito as Conferências como espaço público de discussões, e chamou a atenção para os compromissos coletivos democráticos que uma conferência desse porte traz. A Conferência é um momento de debates, avaliações, decisões e proposições envolvendo responsabilidades dos delegados e dos participantes. Apontou como marco histórico recente a Lei de Nº 12.435 que define o SUAS como Política de Estado. Do ponto de vista teórico trouxe a discussão da natureza da assistência social e o paradoxo de uma política de proteção social desse porte em uma sociedade capitalista prenhe de inseguranças e exclusões, o que instiga a todos a discutir as estratégias e trabalhar suas potencialidades com vistas a emancipação e autonomia dos seus usuários.

Através de dados quantitativos apresentou o quadro de desigualdade brasileiro e as estatísticas que aponta o Ceará com um milhão e meio de pessoas em estado de miséria; na verdade a pobreza não é somente a inexistência ou insuficiência de renda, mas de outros acessos a políticas e serviços essenciais, bem como a carência de direitos e de esperanças. Pronunciou-se favorável a intersectorialidade como forma estratégica de vencer as dificuldades e as exclusões, sendo o território o local inicial para instituir a rede de serviços integrada que beneficiaria a todos contribuindo para a universalização dos direitos dos usuários e alcance de sua cidadania. Mencionou a necessidade de reordenamento das ações assistenciais o que será alcançado com uma gestão democrática, com normas e protocolos de gestão unificados; a tipificação dos serviços socioassistenciais é um ganho, porém não pode se constituir em uma camisa de força, pois há possibilidades de outras demandas locais ou regionais que devem ser igualmente acolhidas pelo Estado e a União com recursos financeiros, materiais e humanos. Em seu pronunciamento chamou a atenção do controle social, pois sem controle não podemos garantir os direitos da população, mas esse controle há que ser qualificado, politizado para que os conselheiros não cometam erros que podem prejudicar milhares de pessoas. O controle das ações do Estado ocorre na perspectiva da garantia da proteção social e pleno exercício dos direitos socioassistenciais. Incentivou a criação de fóruns municipais de assistência social, núcleos de assistência e conselhos locais nos CRAS e CREAS como forma de participação e elevação da participação qualitativa dos usuários nos Conselhos Municipais e Estadual de Assistência Social. Dirigiu-se, particularmente, aos trabalhadores do SUAS apontando que é imperioso que os mesmos trabalhem embasados nas dimensões política, técnica e ética. Disse a professora que é preciso reagir, organizadamente, contra as formas de contratação precária, inclusive, com o leilão que vem sendo realizado por muitas Prefeituras do Ceará do trabalho de profissionais como assistentes sociais e psicólogos contratados pelo menor salário. A Assistência necessita de quadros profissionais competentes, capazes de pesquisar, diagnosticar, planejar, coordenar, monitorar e avaliar programas, projetos, benefícios e serviços. Faz-se necessário um processo de educação permanente como forma de garantir que as ações realizadas no âmbito da Política sejam capazes de causar o impacto desejado. Desceu a detalhes de como os profissionais do SUAS podem desenvolver as dimensões política, ética e técnica, inclusive exemplificando. Fez uma síntese do que foi tratado no Encontro de Trabalhadores do Nordeste como conhecimentos fundantes e específicos necessários aos trabalhadores do SUAS. Por fim a professora dirigiu-se aos delegados, profissionais, gestores e convidados com as seguintes palavras: “o caminho para a consolidação do SUAS está em plena construção. A história nos colocou hoje, aqui, juntos como os eleitos para levantar desses alicerces paredes fortes e seguras garantindo que no futuro possamos realizar as aspirações de um povo que almeja direito e equidade.”

A Plenária debateu com os palestrantes por cerca uma hora apresentando questionamentos e solicitando clarificação, fortalecendo algumas colocações e aprofundando outras.

Os trabalhos prosseguiram na manhã do dia 20 de outubro iniciando com a mesa composta pelos Conselheiros Francisco Elenilson (Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza – FBFF) e Lêda Maria Cruz (Secretaria da Fazenda – SEFAZ), e Maria Tereza de Araújo Serra – Secretária Executiva do CEAS-CE coordenaram a Mesa de **Aprovação do Regimento da IX Conferência** que foi lido, discutido e aprovado pela Plenária.

Logo após, os conferencistas foram orientados para iniciarem os **Trabalhos de Grupos (GTs)**. Formaram-se oito grupos, dois para cada subtema, a partir das escolhas dos conferencistas por ocasião do credenciamento.

Os GTs foram facilitados pelos Conselheiros do CEAS-CE, Técnicos da STDS e Professores da UECE que os instruíram quanto à metodologia a ser adotada, que previa a escolha de um coordenador e um relator por GT, a participação de todos com direito a voz, mas somente os delegados com direito a voto.

Os GTs prosseguiram na manhã do dia 21 de outubro para conclusão das proposições por subtemas. A partir das 13h foi iniciada a plenária final com uma dinâmica lúdica conduzida pelo Subtenente Araújo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, fazendo uma integração festiva com o público presente.

Dando continuidade, foi formada a **Plenária de Priorização das Diretrizes para os âmbitos: Estadual, Nacional e destes em interface com o Municipal**, presidida pelas Conselheiras do CEAS-CE Leiriane Silva e Andréa Esmeraldo; Professora da UECE Irma Moroni e Célia Melo da STDS.

A plenária, a exemplo dos GTs, foi composta pelos delegados (com direito a voz e voto) e pelos observadores (com direito somente a voz). Os relatores se sucederam na apresentação da priorização dos GTs, seguido de discussão por destaque e aprovação por maioria simples verificada por contraste, por contagem de votos e abstenções. A relatoria de todos os GTs ocorreu com vigor e objetividade. Ainda, nesta Plenária, foram apresentadas e **aprovadas 07 Moções da IX Conferência Estadual de Assistência Social**.

Com a priorização concluída instalou-se a **Assembleia Geral de Eleição da Delegação do Ceará** para a VIII Conferência Nacional, presidida pelo Elísio de Araújo Loiola, secretariada por Régia Maria Prado Pinto e relatada por Maria Tereza de Araújo Serra.

Foram compostos 06 GTs, sendo:

- 06 GTs para eleição de Delegados representantes dos municípios segundo o porte: pequeno I, pequeno II, médio, grande e metrópole e dos Conselheiros(as) do CEAS-CE.

Os GTs foram coordenados por Conselheiros/as do CEAS-CE e técnicos colaboradores. Como subsidio receberam a relação dos elegíveis, segundo o disposto no Regimento. A metodologia adotada previa que os conferencistas se candidatassem e expusessem suas razões para serem eleitos(as), ao que se seguia a eleição por maioria simples verificada pela contagem dos votos. E, assim foi feito.

Finda a eleição procedeu-se a **Aclamação da Delegação**. Composta por 52 titulares e 52 suplentes.

Após reconhecer e agradecer a presença e o compromisso de todos os conferencistas, convidados e ouvintes, sem mais a tratar, a Sra. Roseli Ferreira da Silva, Presidente do CEAS-CE e da IX Conferência Estadual de Assistência Social declarou encerrada esta Conferência.

1.2 - QUADRO A: Síntese das mobilizações preparatórias da IX Conferência Estadual de Assistência Social

Eventos de mobilizações realizadas	Número de Participantes				Subtemas e Questões Debatidas	Dificuldades para Participação	Avanços
	Usuários	Trabalhadores	Entidades e Organizações de Assistência Social	Representantes do Governo			
Reunião Ampliada	20	---	120	150	Processo de realização das Conferências de Assistência Social 2011	Falta de sensibilização de alguns Gestores Municipais em não viabilizar as presenças dos Presidentes e Secretários Executivos do CMAS	- A mobilização realizada que culminou com a realização nos 184 municípios das conferências municipais de assistência social; - Elaboração do passo a passo para servir de orientação para realização das conferências; - Elaboração dos textos para subsidiar os participantes nas discussões do tema central e subtemas.
07 Reuniões da Comissão Organizadora da IX Conferência	05	--	13	23	Processo de Organização da IX Conferência Estadual de Assistência Social 2011	-----	Participação das Universidades, Secretários Estaduais, Técnicos(as), Usuários(as) e Conselheiros(as) na organização da IX Conferência Estadual de Assistência Social.

1.3 - QUADRO B: Programação e avaliação da dinâmica dos trabalhos da IX Conferência Estadual da assistência social

Data e Local da Conferência	PROGRAMAÇÃO	Número de Participantes				Avaliação da Conferência	
		Usuários	Trabalhadores	Entidades e Organizações de Assistência Social	Representante do Governo	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
<p>Período: 19 a 21 de outubro de 2011</p> <p>Local: Ponta Mar Hotel End.: Avenida Beira Mar, 2200 Meireles</p>	Segue em anexo	72	37	104	330	<ul style="list-style-type: none"> - A participação dos usuários e trabalhadores do SUAS; - O apoio do Governo/ STDS na realização da conferência; - As discussões nos GTs sobre os subtemas temáticos; - Apoio das secretarias executivas do CEAS-CE e CIB-CE, CEDI-CE e CONSEAS-CE na organização da conferência. 	<ul style="list-style-type: none"> - A falta de sensibilização de 23 gestores municipais em não viabilizar a participação das delegações dos seus municípios na IX Conferência; - O retorno dos participantes aos municípios antes do término da conferência dificultando a eleição da delegação para a Conferência Nacional; - O Governador designou um representante para substituí-lo na abertura da conferência - Ausências dos Secretários das Secretarias que tem assento no CEAS-CE e presidentes das entidades socioassistenciais; - Falta de sensibilização dos secretários municipais na divulgação da programação da IX Conferência para a delegação, enviada pelo CEAS-CE, com três meses de antecedência; - Ausência de 13 Conselheiros/as do CEAS-CE; - Falta de apoio do CNAS com pouco envolvimento de sua representação na conferência; - O baixo número de representantes da sociedade civil, em relação ao número de representantes do governo, com situações que se deveu as dificuldades de se ausentar dos postos de trabalho, bem como a viabilidade financeira para essa participação.

1.4 - QUADRO C: O processo de avaliação (balanço), deverá considerar a realidade atual do suas por subtemas, destacando os resultados alcançados (avanços) e os Esperados (desafios), em cada esfera de governo

EIXO I: Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS

PROPOSIÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
ESTADO	
Resultados Alcançados	Resultados Esperados
Elaboração e execução de Plano de Capacitação para Gestores, Técnicos e Conselheiros da Assistência Social, embora as capacitações realizadas tenham sido em quantidade insuficientes.	Capacitação continuada e sistemática para os trabalhadores, gestores e conselheiros municipais do SUAS.
Encontros Regionais realizados entre os Profissionais da Política de Assistência Social do Estado e Municípios para o fortalecimento do SUAS	Implantar e implementar o Plano de Cargos e Carreiras e Salários para trabalhadores do SUAS, assegurando recursos financeiros no orçamento da Assistência Social, cumprindo as orientações da NOB-RH.
Realização de curso de Especialização em Planejamento e gestão do SUAS em parceria com a UECE através de seleção pública para os técnicos e gestores municipais, com financiamento de 100% das bolsas de estudos pela STDS	Realizar concurso público para os trabalhadores do SUAS com nomeação imediata, assegurando recursos financeiros no orçamento da Assistência Social
UNIÃO	
Resultados Alcançados	Resultados Esperados
Aprovação da Lei 12.435/11 que instituiu o SUAS na LOAS como modelo de gestão da Política de Assistência Social.	Capacitação permanente, continuada, sistemática, e realização de cursos de especialização e mestrado para os trabalhadores do SUAS, da União, do Estado, do Município e do Distrito Federal
Capacitações dos técnicos, gestores e conselheiros da política de assistência social.	Criar e implantar Planos de Cargos, Carreiras e Salários da Política de Assistência Social assegurando recursos financeiros no orçamento, cumprindo as orientações da NOB/RH, deliberações das Conferências de 2009 e a Lei de Nº 12.435/2011, até maio de 2012
Ampliação da rede de atendimento do SUAS incidindo em maior contratação de trabalhadores e descentralização do sistema de informação da rede SUAS	Realizar concursos públicos para os trabalhadores da área da Assistência Social, eliminando a rotatividade de funcionários e assegurando a efetividade dos serviços, programas, projetos e benefícios, nos três entes federados

EIXO II: Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais

PROPOSIÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
ESTADO	
Resultados Alcançados	Resultados Esperados
Início do Cofinanciamento parcial dos benefícios eventuais e PAIF do estado do Ceará	Garantir o cofinanciamento para os serviços sócio assistenciais de proteção social especial e universalizar o cofinanciamento para os serviços de proteção social básica nos 100% dos CRAS
Realização de capacitações focadas na gestão e na execução dos serviços, assessoramento e monitoramento das ações sócio assistenciais, porém insuficientes para garantir a qualidade dos serviços, programas e projetos.	Assessoramento técnico local e sistemático, capacitação e monitoramento permanentes aos municípios objetivando a qualificação dos serviços socioassistenciais, tendo como base os instrumentos normativos da PNAS.
Assessoramento parcial dos técnicos da STDS de forma regional dando a assistência aos trabalhadores e gestores do SUAS.	Assegurar o apoio financeiro para a construção /adequação das estruturas físicas dos equipamentos da assistência social conforme instrumentais normativos e o atendimento de acordo com a Lei Nº 10.098 que estabelece normas e critérios de acessibilidade.
UNIÃO	
Resultados Alcançados	Resultados Esperados
As regulamentações da política de assistência social: Protocolo de Gestão, Tipificação dos serviços socioassistenciais, Lei 12.435, IDCRAS, Resolução Nº16 e 17 do CNAS	Efetivação das regulamentações conquistadas na política de assistência social e garantia da Difusão dos instrumentos que normatizam os serviços programas, projetos e benefícios socioassistenciais para os trabalhadores e usuários da política de assistência social.
Criação e aprimoramento do sistema de informação da Rede SUAS, com destaque ao CENSO SUAS e mudança da versão 7.0 do CADÚNICO, viabilizando controle quantitativo e qualitativo de todas as ações da política de assistência social.	Garantir assessoria técnica e ampliação do cofinanciamento pelas três esferas de governo para construir, equipar, manter e adequar os equipamentos da proteção social básica e especial, de média e alta complexidade, efetivando a universalização dos atendimentos aos usuários, conforme instrumentais normativos e a Lei Nº 10.098 que estabelece normas e critérios de acessibilidade.
Cofinanciamento do PAIF, PAEFI, medida sócio educativas em meio aberto e dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, em parte dos municípios	Universalizar o cofinanciamento dos serviços com atualização imediata do valor dos pisos garantindo reatualização de forma sistemática

EIXO III: Fortalecimento da participação e do controle social

PROPOSIÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
ESTADO	
Resultados Alcançados	Resultados Esperados
Parceria da STDS e do CEAS no assessoramento e capacitação dos Conselhos Municipais, de forma assistemática, contemplando uma minoria dos municípios.	Realizar capacitação continuada para conselheiros dos CMAS/CEAS, Secretários Executivos, integrantes dos Fóruns da Assistência Social, Gestores, Trabalhadores, Entidades de Assistência Social e Usuários, cofinanciada pelas três esferas de governo, na perspectiva do fortalecimento do controle social na política de assistência social, por meio da realização de seminários, cursos presenciais e à distância, audiências públicas e outros instrumento de participação popular e criar mecanismos para assessoramento efetivo do CEAS aos Conselhos Municipais, através de sites, visitas, divulgação das deliberações e das resoluções dentre outros.
Conselho Estadual mais atuante e mobilizador, criando espaços de participação dos conselheiros municipais nos encontros e eventos estaduais, repassando informações para os conselhos municipais quando solicitado	Acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros do IGD, repassados pela União, para que as instâncias de controle social tenham condições plena de funcionamento (com veículo à disposição, unidade equipada, deslocamento, hospedagem espaço físico adequado, assessoria técnica e uma equipe de apoio).
Normatização de 3% do IGD para o funcionamento dos Conselhos	Fortalecimento dos Conselhos por meio de capacitação sistemática para melhor exercer o controle social
UNIÃO	
Resultados Alcançados	Resultados Esperados
Investimentos técnicos e financeiros do MDS no fortalecimento da Política de Assistência Social.	Que o CNAS continue exercendo seu papel articulador e deliberativo da Política de Assistência Social, socializando as informações e deliberações, através dos vários mecanismos de comunicação, além de reuniões ampliadas com os CMAS e CEAS.
Parceria do MDS com Estados e Municípios para realização de capacitação para conselheiros, técnicos e secretários executivos, de forma assistemática, contemplando uma minoria dos municípios.	Implementar um programa de capacitação continuada para conselheiros dos CMAS/CEAS/CNAS, Secretários Executivos, integrantes dos Fóruns da Assistência Social, Gestores, Trabalhadores, Entidades de Assistência Social e usuários favorecendo a troca de experiências entre os Conselhos nas três instâncias de governo.
Destinação de 3% do IGD para o funcionamento dos Conselhos e fortalecimento do poder dos conselhos na tomada de decisões e na análise das ações da gestão e prestação de contas, inclusive com a elaboração de instrumentais de acompanhamento dos recursos federais e alimentação do sistema de informação (SUAS/WEB e outros).	Garantir a execução das deliberações do conselho com a criação de uma Comissão de monitoramento as deliberações das Conferências

EIXO IV: A Centralidade SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil

PROPOSIÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ	
ESTADO	
Resultados Alcançados	Resultados Esperados
Capacitação dos técnicos em âmbito municipal para implantação do Sistema de Vigilância Socioassistencial.	Garantir serviços socioassistenciais continuados com assistência técnica e monitoramento, melhorando a prestação dos serviços a nível local, a partir da articulação da rede de atendimento socioassistencial com as demais políticas públicas
Investimentos em qualificação dos profissionais da Assistência Social	Efetivação do SUAS
Melhor atendimento às famílias	Fortalecer a parceria do Estado com o Município no que tange a implantação do Sistema de Vigilância Socioassistencial
UNIÃO	
Resultados Alcançados	Resultados Esperados
Implantação do PBF e o aumento dos valores dos benefícios dos programas de transferência de renda	Efetivação da Lei do SUAS através da ampliação e intensificação da cobertura e o atendimento dos serviços socioassistenciais para famílias vulneráveis de forma universal, integral e articulando com as demais políticas públicas.
Expansão dos CRAS e CREAS.	Alteração da LOAS para ampliar de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo o per capita exigida para obtenção do BPC para pessoa idosa e com deficiência com monitoramento técnico.
Melhoria da qualidade de vida dos usuários da assistência social com avanços na política de assistência social	Redução da miséria e promoção da inclusão produtiva, considerando a realidade local e as potencialidades dos usuários com estratégias para aumentar a inclusão dos beneficiários do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho.

2 - DELIBERAÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (plenária final)

EIXO I: Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS

Âmbito: Estado e União

DELIBERAÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ	ESTADO	ORDEM DE PRIORIDADES 01 A 03
Implantar o Plano de Cargos e Carreiras e Salários garantindo a realização de concursos públicos com regime de nomeação imediata, e instituir mesa de Negociação Permanente conforme estabelecido na NOB/RH.	x	01
Revisar o Plano Estadual de Capacitação de acordo com as novas diretrizes nacionais de capacitação, contemplando capacitações continuadas, sistemáticas e descentralizadas em polos regionalizados, bem como a continuidade dos cursos de especialização em Planejamento e Gestão do SUAS.	x	02
Revitalizar o assessoramento individualizado aos municípios de forma sistemática e continuada, instituindo equipe de referência com um técnico específico para cada território de identidade do Estado.	x	03

DELIBERAÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ	UNIÃO	ORDEM DE PRIORIDADES 01 A 03
Promover mobilização nacional para a aprovação da PEC 431/2001 que tramita no Congresso Nacional, com alteração para no mínimo 10% do orçamento para a Assistência Social na União, Estados, Municípios e Distrito Federal.	x	01
Realizar concurso público, criar e implantar Planos de Cargos, Carreiras e Salários da Política de Assistência Social assegurando recursos financeiros no orçamento, cumprindo as orientações da NOB/RH, deliberações das Conferências de 2009 e a Lei de Nº 12.435/2011, até maio de 2012	x	02
Capacitação permanente, sistemática e continuada para os trabalhadores do SUAS, no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal; com financiamento de cursos de especialização, mestrado e doutorado.	x	03

**EIXO II: Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais:
Âmbito: Estado e União**

DELIBERAÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ	ESTADO	ORDEM DE PRIORIDADES 01 A 03
Universalizar e garantir o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais, da Proteção Social Básica e Especial, dos benefícios eventuais e financiamento de programas e projetos, aumentando os valores dos pisos.	x	01
Implantar/Ampliar regionalmente a Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade com a construção de Unidades de Acolhimento Institucional para pessoas com diferentes violações de direitos; assegurar a universalização do cofinanciamento para os serviços de proteção social básica em 100% dos CRAS e garantir o cofinanciamento do serviço de media complexidade	x	02
Assegurar o apoio financeiro para a construção /adequação das estruturas físicas dos equipamentos da assistência social conforme instrumentais normativos e o atendimento de acordo com a Lei Nº 10.098 que estabelece normas e critérios de acessibilidade, priorizando a zona rural	x	03

DELIBERAÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ	UNIÃO	ORDEM DE PRIORIDADES 01 A 03
Criar os pisos: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas deficientes e idosas; Proteção Social Especial para pessoas com deficiências, idosos e suas famílias, para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 07 a 14 anos e universalizar o cofinanciamento dos serviços com atualização imediata do valor dos pisos garantindo reatualização de forma sistemática	x	01
Garantir recursos financeiros para construção, adequação, aquisição e manutenção de equipamentos para atendimentos dos serviços da proteção básica e especial conforme instrumentais normativos e a Lei Nº 10.098 que estabelece normas e critérios de acessibilidade.	x	02
Criar, programas e projetos e ampliar os serviços e benefícios socioassistencial priorizando a zona rural.	x	03

**EIXO III: Fortalecimento da participação e do controle social:
Âmbito: Estado e União**

DELIBERAÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ	ESTADO	ORDEM DE PRIORIDADES 01 A 03
Promover capacitação sistemática e continuada para os conselheiros, secretários executivos, técnicos, gestores, usuários e entidades com a implantação de um Programa de Educação Permanente, através da realização de fóruns, oficinas, cursos inclusive com a implantação de uma escola de formação na área da assistência social	x	01
Assegurar recursos financeiros junto aos Fundos de Assistência Social (FMAS, FEAS) para equipar e manter os conselhos municipais de assistência social funcionando com qualidade estabelecendo percentual nos orçamentos, definindo uma rubrica públicos municipal, estadual e federal para o fortalecimento da atuação dos conselheiros nas respectivas instâncias, relativos a custeio de locomoção, participação em conferências, fóruns e outras atividades, seguindo o que relata a Lei N° 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011	x	02
Maior articulação entre os Conselhos Estadual e municipais, garantindo a divulgação de informações inclusive com apresentação da execução orçamentária e financeira para a comunidade e deliberações, através de instrumentos de multimídias e boletins informativos, dentre outros	x	03

DELIBERAÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ	UNIÃO	ORDEM DE PRIORIDADES 01 A 03
Capacitação sistemática e continuada para os Conselheiros, técnicos, usuários e ONGs para garantir o fortalecimento do controle social e a qualificação da participação no planejamento, monitoramento e avaliação da política pública de assistência social, inclusive com a elaboração e distribuição de material educativo de fácil compreensão, garantindo a acessibilidade (material em braille, letras ampliadas, áudio, libras, etc).	x	01
Fomentar e ampliar espaços locais (núcleos, fóruns, redes) de participação popular nos serviços da assistência social em todos os níveis de governo, incentivando a participação de usuários, trabalhadores, representantes da rede socioassistencial local, assegurando a promoção de intercâmbio entre os diferentes espaços de participação popular.	x	02
Estabelecer um fluxo permanente de comunicação entre os Conselhos nas três esferas de governo, com a divulgação das ações e deliberações, através de todos os veículos de comunicação, campanhas de marketing, boletins informativos, entre outros, visando a transparência de suas decisões inclusive com a divulgação dos programas ações e serviços do SUAS incentivando a efetivação do controle social	x	03

**EIXO IV: A Centralidade SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil:
Âmbito: Estado e União**

DELIBERAÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ	ESTADO	ORDEM DE PRIORIDADES 01 A 03
Apoiar os municípios no diagnóstico das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, buscando garantir-lhes o acesso aos serviços públicos básicos, com prioridade aos programas de transferência de renda e as demais ações do Plano Brasil Sem Miséria. Assegurando maior agilidade nas ações prioritárias da extrema pobreza, viabilizando recursos humanos, materiais e financeiros	X	01
Garantir e ampliar ações de inclusão produtiva, priorizando segmentos dos beneficiários dos programas de transferência de renda e para pessoas em extrema pobreza, especialmente em situação de rua e drogadicção com garantia de recursos do fundo de combate a pobreza, a exemplo do FECOP-CE, para o cofinanciamento das ações da inclusão produtiva.	X	02
Articulação das políticas de assistência social, trabalho, meio ambiente, saúde, educação, transporte, segurança alimentar e segurança pública, visando o atendimento das necessidades e demandas da população, colocando o programa Brasil sem miséria em movimento	X	03

DELIBERAÇÕES DA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ	UNIÃO	ORDEM DE PRIORIDADES 01 A 03
Redefinição dos critérios da pobreza e extrema pobreza, em termos multidimensionais, universalizando o acesso aos Programas de transferência de renda a toda população incluída nesses critérios (ou perfil). Incentivando o avanço/crescimento familiar através de políticas de emprego e renda.	X	01
Articular e implantar os projetos voltados para área rural e urbana, que garantam sustentabilidade das famílias, através da criação de programas/projetos de inclusão produtiva, educação profissional, qualificação técnica, cofinanciado por políticas públicas afins com vista a geração de emprego e renda.	X	02
Propor Alteração na LOAS a redução da idade de 65 anos para 60 anos para recebimento do BPC e alteração do critério da renda per capita para acesso ao benefício de prestação continuada de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo, garantindo ainda que a renda do BPC de uma pessoa com deficiência não seja contabilizada, possibilitando o acesso ao benefício a outras pessoas da família no mesmo perfil.	X	03

3 - ATA E RELAÇÃO DA DELEGAÇÃO CEARENSE PARA A VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA DE ELEIÇÃO DA DELEGAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ PARA IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, às vinte duas horas, iniciou-se a Assembleia para Eleição dos(as) Delegados(as) do Estado do Ceará à VIII Conferência Nacional de Assistência Social, que ocorrerá no período de sete a dez de outubro do ano em curso, em Brasília-DF. A mesa foi coordenada por Régia Maria Prado Pinto, Elísio Loiola de Araújo e Maria Tereza de Araújo Serra. De início a Presidente da Mesa, Régia Maria Prado Pinto, apresenta os demais componentes da mesa, faz a leitura dos Capítulos Capítulo V – Seção II – Artigo 28 do Regimento da IX Conferência Estadual de Assistência Social que trata da Eleição e Homologação dos delegados. Como encaminhamentos: 1 - solicita aos representantes aos conferencistas que se reúnam por segmento para a escolha dos seus representantes e concluída a eleição cada segmento apresente a relação dos seus candidatos: 01(um/a) delegado(a) titular, 01(um/a) delegado(a) suplente e 01(um/a) observador(a), a mesa, devidamente assinada por seus representantes. Reiniciando os trabalhos a mesa solicita apresentação dos(as) delegados(as), em seguida, encaminha a homologação feita por aclamação, de acordo com o Regimento da Conferência e com a eleição da Delegação do Estado do Ceará à VIII Conferência Nacional de Assistência Social, desta forma constituída: **Delegados/as dos Municípios de Pequeno Porte I: Representantes do governo:** titular: Maria Eleniuvia Farias, suplente: Arcelino Tavares Filho; titular: Suyanne Lara Menezes Viana; suplente: vaga não preenchida; titular: Rivânia Maria Gomes Raquel; suplente: vaga não preenchida; titular: Francisco Douglas de Souza Farias, suplente: vaga não preenchida. **Representantes da sociedade civil:** titular: Marcos Antônio Souza Matos, suplente: vaga não preenchida; titular: Geresa Maria de Sousa Fernandes, suplente: vaga não preenchida; titular: Francisco de Assis Sousa Viana, suplente: vaga não preenchida; titular: José Dalmo Martins Campos Filho, suplente: vaga não preenchida. **Delegados/as dos Municípios de Pequeno Porte II: Representantes do governo:** titular: Anna Lydia Ribeiro da Silva, suplente: Adriana Márcia de Meneses Couto Farias; titular: Regina Maria de Almeida Assis Gramoza, suplente: Jessyca da Silva Ribeiro; titular: Maria de Fátima Araújo Teles, suplente: Gilberto Uchôa do Nascimento; titular: Adriana Barbosa de Sousa, suplente: vaga não preenchida. **Representantes da sociedade civil:** titular: João Paulo da Silva Mota; suplente: Jessé Nunes Andrade; titular: Leonísia Pereira da Silva; suplente: Jacinta Adélia Araújo Sarde; titular: Ana Soares de Abreu, suplente: Maria Rosilene Vieira Sampaio; titular: Maria Francinelda Sombra, suplente: vaga não preenchida. **Delegados/as dos Municípios de Médio Porte: Representantes do governo:** titular: Germana Sampaio de Castro, suplente: Vanda Anselmo Braga dos Santos; titular: Ellen Kristhian Costa Paiva, suplente: Renata Célia Sampaio Oliveira Valente; titular: Margarida Martins Pimenta Gotz, suplente: Raquel Moreira Paz de Albuquerque; titular: Susana Garcia de Souza, suplente: vaga não preenchida; titular: Ilton Ferreira da Silva, suplente: vaga não preenchida. **Representantes da sociedade civil:** titular: Rita de Cássia Clares de Lima, suplente: João Bosco Costa da Silva; titular: Raimundo Nonato Alves, suplente: Raimunda Silva do Nascimento; titular: Erdson Herbett Ferreira de Souza, suplente: Noádias Sousa de Oliveira; titular: Tereza Barros Leite de Jesus, suplente: Maria José Alves de Freitas; titular: Luíza Félix da Silva; suplente: Mirian da Silva Costa de Freitas. **Delegados/as dos Municípios de Grande Porte: Representantes do governo:** titular: Glauciane de Oliveira Viana; suplente: vaga não preenchida; titular: Maureni Freitas de Almeida; suplente: vaga não preenchida; titular: Joana Darc de Carvalho Belfort Reys, suplente: vaga não preenchida; titular: Daniel de Melo Oliveira; suplente: vaga não preenchida. **Representantes da sociedade civil:** titular: Eliana Santos de Castro Gadelha; suplente: Carlilane da Cruz de Sousa; titular: Francisca Vanelsa Lima de Sousa; suplente: vaga não preenchida; titular: Marlúcia Ramos de Fátima de Sousa Gomes; suplente: vaga não preenchida; titular: Antônio Pereira da Silva; suplente: vaga não preenchida. **Delegados/as da MetrÓpole - Fortaleza: Representantes do governo:** titular: Lidiana Rios Farias; suplente: Aline Santiago Cavalcante Felipe; titular: Dayse Borges Girão;

suplente: Anna Paula de Moraes Rocha; titular: Samilly Gomes Filgueira; suplente:Roberta Lopes de Sousa; titular: Ana Paula Reges de Albuquerque; suplente: Danielle Cláudio de Brito; titular: Maria Lucioneida Rocha Barbosa Sobral, suplente: vaga não preenchida; titular: Maria Derleide Andrade; suplente: vaga não preenchida. **Representantes da sociedade civil:** titular: Emanuella Verissimo Paulo; suplente: vaga não preenchida; titular:Aline Rosa Pontes Milte Freitas; suplente:vaga não preenchida; titular: Alilian Gradela Silveira; suplente: vaga não preenchida; titular:Renata Moreira da Silva; suplente: vaga não preenchida; titular:Liliane Abreu Mendes; suplente: Eliezer Carvalho Nunes; titular: Cosme Costa Lima; suplente: Ilca Oliveira. **Delegados/as do Conselho Estadual de Assistência Social - Representantes do governo:** titular: Vanda Deucila Moura; suplente:vaga não preenchida; titular: Maria Heurenice Moura de Souza; suplente:vaga não preenchida; titular:vaga não preenchida; suplente:vaga não preenchida. **Representante da sociedade civil:** titular: Michel Platiny Sousa de Moura; suplente: Maria de Fátima Oliveira Silva; titular: Francisco Elenilson Gomes do Nascimento; suplente: Lêda Maria Mendes Azevedo; titular: Leiriane de Araújo Silva; suplente: Roseli Ferreira da Silva. A mesa solicitou a apresentação dos(as) delegados(as) governamentais e sociedade civil eleitos(as), de acordo com o Regimento desta Conferência. E assim procedendo, os(as) Delegados(as) titulares e suplentes governamentais e sociedade civil foram aclamados(as), encerrando a presente Assembleia, após a identificação e assinatura dos(as) eleitos(as). E nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por quem de direito. Fortaleza/ CE, vinte e um de outubro de 2011.

Elísio de Araújo Loiola
Presidente da Mesa

Régia Maria Prado Pinto
Secretária

Maria Tereza de Araújo Serra
Relatora

Relação dos(as) Delegados(as), eleitos(as) à VIII Conferência Nacional de Assistência Social

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I

REPRESENTANTES DO GOVERNO:

TITULARES:

01. Maria Eleniuvia Farias	RG:2000099148766
02.Suyanne Lara Menezes Viana	RG:2002002312341
03. Rivania Maria Gomes Raquel	RG:273665593
04. Francisco Douglas de Souza Farias	RG:2004031040865

SUPLENTES:

01. Arcelino Tavares Filho	RG:2004009225599
02. Vaga não Preenchida	RG:
03. Vaga não Preenchida	RG:
04.Vaga não Preenchida	RG:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

TITULARES:

01. Marcos Antônio Souza Matos	RG:13046962-2
02. Gerusa Maria de Sousa Fernandes	RG:97002271080
03. Francisco de Assis Sousa Viana	RG:2007700938-4
04. José Dalmo Martins Campos Filho	RG:2007010351084

SUPLENTES:

01. Vaga não Preenchida	RG:
02. Vaga não Preenchida	RG:
03. Vaga não Preenchida	RG:
04.Vaga não Preenchida	RG:

Relação dos(as) Delegados(as), eleitos(as) à VIII Conferência Nacional de Assistência Social

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE II

REPRESENTANTES DO GOVERNO:

TITULARES:

01. Anna Lydia Ribeiro da Silva	RG:96027011032
02. Regina Maria de Almeida Assis Gramoza	RG:1.238.471
03. Maria de Fátima Araújo Teles	RG:1372509-87
04. Adriana Barbosa de Sousa	RG: 2880990-94

SUPLENTES:

01. Adriana Márcia de Meneses Couto	RG:95002521217
02. Jessyca da Silva Ribeiro	RG:2002010117285
03. Gilberto Uchôa do Nascimento	RG:2221794-92
04. Vaga não preenchida	RG:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

TITULARES:

01. João Paulo da Silva Mota	RG:98024019586
02. Leonisia Pereira da Silva	RG:1025892-86
03. Ana Soares de Abreu	RG:1326192
04. Maria Francinelda Sombra	RG:797831

SUPLENTES:

01. Jessé Nunes Andrade	RG:2005029075884
02. Jacinta Adélia Araújo Sarde	RG:2003010182308
03. Maria Rosilene Vieira Sampaio	RG:99098062696
04. Vaga não preenchida	RG:

Relação dos(as) Delegados(as), eleitos(as) à VIII Conferência Nacional de Assistência Social

MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE

REPRESENTANTES DO GOVERNO:

TITULARES:

01. Germana Sampaio de Castro	RG:2001020025210 SSP/CE
02. Ellen Krsthian Costa Paiva	RG:1.911.346SSP/RN
03. Margarida Martins Pimenta Gotz	RG:003.120.009 SSP/CE
04. Susana Garcia de Souza	RG:064378164-14 SSP/CE
05. Ilton Ferreira da Silva	RG:98010365126 SSP/CE

SUPLENTES:

01. Vanda Anselmo Braga dos Santos	RG:20040021638-81 SSP/CE
02. Renata Célia Sampaio Oliveira Valente	RG:1651920SSP/CE
03. Raquel Moreira Paz de Albuquerque	RG:92002110034 SSP/CE
04. Vaga não preenchida	RG:
05. Vaga não preenchida	RG:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

TITULARES:

01. Rita de Cássia Clares de Lima	RG:20000290833827SSP/CE
02. Raimundo Nonato Alves	RG:2007585036-7 SSP/CE
03. Erdson Erbett Ferreira de Souza	RG:990291976626 SSP/CE
04. Tereza Barros Leite Jesus	RG:1289.805SSP/CE
05. Luíza Felix da Silva	RG: 2007575738SSP/CE

SUPLENTES:

01. João Bosco Costa da Silva	RG:2007005025220 SSP/CE
02. Raimunda Silva do Nascimento	RG:1052251 SSP/CE
03. Noádias Sousa de Oliveira	RG:94014004362 SSP/CE
04. Maria José Alves de Freitas	RG:96002700756SSP/CE
05. Mirian da Silva Costa de Freitas	RG:98006018433 SSP/CE

Relação dos(as) Delegados(as), eleitos(as) à VIII Conferência Nacional de Assistência Social

MUNICÍPIOS DE GRANDE PORTE

REPRESENTANTES DO GOVERNO:

TITULARES:

01. Glauciane de Oliveira Viana	RG:91002333027 SSP/CE
02. Maureni Freitas de Almeida Andrade	RG:96002349250 SSP/CE
03. Joana Darc de Carvalho Belfort Reys	RG:92002033200 SSP/CE
04. Daniel de Melo Oliveira	RG:97002232750 SSP/CE

SUPLENTES:

01. Vaga não preenchida	RG:
02. Vaga não preenchida	RG:
03. Vaga não preenchida	RG:
04. Vaga não preenchida	RG:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

TITULARES:

01. Eliana Santos de Castro Gadelha	RG: 92003029397 SSP/CE
02. Francisca Vanelsa Lima de Sousa	RG: 2007731840-9 SSP/CE
03. Marlúcia Ramos de Fátima de Sousa Gomes	RG: 98002225469 SSP/CE
04. Antônio Pereira da Silva	RG: 111226686 SSP/CE

SUPLENTES:

01. Carliane da Cruz de Sousa	RG:2007982765-3
02. Vaga não preenchida	RG:
03. Vaga não preenchida	RG:
04. Vaga não preenchida	RG:

Relação dos(as) Delegados(as), eleitos(as) à VIII Conferência Nacional de Assistência Social

MUNICÍPIO DE METRÓPOLE - FORTALEZA

REPRESENTANTES DO GOVERNO:

TITULARES:

01. Lidiana Rios Farias	RG:95002044303 SSP/CE
02. Dayse Borges Girão	RG:91002329852 SSP/CE
03. Samily Gomes Filgueira	RG:2004009008270 SSP/CE
04. Ana Paula Reges de Albuquerque	RG:2003014024204 SSP/CE
05. Maria Lucioneida Rocha Barbosa Sobral	RG.97002424889 SSP/CE
06. Maria Derleide Andrade	RG.95008021666 SSP/CE

SUPLENTES:

01. Aline Santiago Cavalcante Felipe	RG.96151021877SSP/CE
02. Anna Paula de Moraes Rocha	RG:8902004000592 SSP/CE
03. Roberta Lopes de Sousa	RG:97002416410 SSP/CE
04. Danielle Cláudio de Brito	RG:90002112332SSP/CE
05. Vaga não preenchida	RG.
06. Vaga não preenchida	RG.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

TITULARES:

01. Emanuella Veríssimo Paulo	RG:2007452856-9 SSP/CE
02. Aline Rosa Pontes Milet Freitas	RG:94002279841 SSP/CE
03. Alilian Gradela Silveira	RG:10640989 SSP/CE
04. Renata Moreira da Silva	RG:97002305120 SSP/CE
03. Liliane Abreu Mendes	RG:2003010045770 SSP/CE
06. Cosme Costa Lima	RG.2007362917-5 SSP/CE

SUPLENTES:

01. Eliézer Carvalho Nunes	RG:93015060390 SSP/CE
02. Ilca Oliveira	RG:1453917 SSP/CE
05. Vaga não preenchida	RG:
06. Vaga não preenchida	RG:
05. Vaga não preenchida	RG.
06. Vaga não preenchida	RG.

Relação dos(as) Delegados(as), eleitos(as) à VIII Conferência Nacional de Assistência Social

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ

REPRESENTANTES DO GOVERNO:

TITULARES:

01. Vanda Deucila Moura	RG:1253254 SSP/CE
02. Maria Heurenice Moura de Souza	RG:1392 CRE-MTB
03. Vaga não preenchida	RG:

SUPLENTES:

01. Vaga não preenchida	RG:
02.Vaga não preenchida	RG:
03.Vaga não preenchida	RG:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

TITULARES:

01. Michel Platiny Sousa de Moura	RG:2002010198200 SSP/CE
02. Francisco Elenilson Gomes do Nascimento	RG:91001000946 SSP/CE
03. Leiriane de Araújo Silva	RG:267754693 SSP/CE

SUPLENTES:

01. Maria de Fátima Oliveira Silva	RG:8909002010113SSP/CE
02. Lêda Maria Mendes Azevedo	RG:20010030163-14 SSP/CE
03.Roseli Ferreira da Silva	RG:94016027793 SSP/CE

4 - QUADRO DE AVALIAÇÃO DA IX DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ITEM/ AVALIAÇÃO	CONCEITUAÇÃO							
	MUITO BOA	BOA	SATISFATÓRIA		REGULAR	RUIM	REFERIU	
			ABS	%			SIM	NÃO
DIVULGAÇÃO	75	115	190	77,55	49	6	245	0
LOCAL DE REALIZAÇÃO	150	78	228	93,06	13	4	245	0
ACESSO AO LOCAL	111	113	224	91,42	18	3	245	0
ACESSIBILIDADE	96	123	219	89,39	21	0	240	5
AUDITÓRIO	100	88	188	76,73	52	5	245	0
SALAS DOS TRABALHOS DE GRUPO	111	108	219	89,39	23	3	245	0
LOCAL DA EXPOSIÇÃO	91	123	214	87,35	27	2	243	2
SECRETARIA EXECUTIVA	87	134	221	90,20	24	0	245	0
RECEPTIVIDADE E ACOLHIDA	98	108	206	84,08	35	4	245	0
APRESENTAÇÃO E DISPONIBILIDADE	79	140	219	89,39	24	2	245	0
ORGANIZAÇÃO	85	123	208	84,90	36	1	245	0
QUALIDADE DOS TEMAS	122	98	220	89,80	23	2	245	0
QUALIDADE DAS EXPOSIÇÕES	72	142	214	87,35	29	2	245	0
RESPEITO À FALA DOS/AS USUÁRIOS/AS	53	135	188	76,73	51	5	244	1
TEMPO PARA AS DISCUSSÕES	56	136	192	78,37	50	2	244	1
QUALIDADE DAS DISCUSSÕES NOS GRUPOS	71	117	188	76,73	56	0	244	1
CONDUÇÃO DA PLENÁRIA	53	140	200	81,63	50	0	243	2
TOTAL DAS RESPOSTAS	1510	2021	3538	84,95	581	41	4153	12

Fonte: Fichas de Avaliação, elaborada pelo CEAS-CE

Avaliando a Conferência destacando alguns indicadores:

- **Divulgação** – para 78% foi Muito Boa/ Boa
- **Local de realização** – para 93% foi Muito Boa/ Boa
- **Organização** – para 85% foi Muito Boa / Boa
- **Respeito à fala dos/as Usuários/as** – para 77% foi Muito Boa/ Boa
- **Qualidade dos Temas** – para 89% foi Muito Boa/ Boa
- **Qualidade das discussões nos grupos e tempo das discussões** – para 78% foi Muito Boa/ Boa

5 - SUGESTÕES E COMENTÁRIOS

01. Otimizar a conferência oferecendo oficinas temáticas aos participantes;
02. Cumprimento do horário para não prejudicar a participação de todos até o término do evento;
03. Providenciar material devidamente adaptado para as pessoas com deficiência visual;
04. Realizar seminários simultâneos com temas: Gestão Participativa; Controle Social; SUAS desafios e perspectivas; Orçamento e Financiamento do SUAS; Tipificação dos Serviços Socioassistenciais e Socioeducativas;
05. Valorização dos Conselhos para fortalecer as políticas: CMAS, CEAS e CNAS;
06. Aprofundar o Tema Brasil sem Miséria;
07. O Usuário como prioridade no SUAS

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista de direitos, no Brasil como em outras partes do mundo, é resultado de longos processos de construção em que diferentes atores sociais, colocam na arena política de seus interesses e suas necessidades.

Ao realizar-se a IX Conferência Estadual de Assistência Social, o Estado do Ceará evidencia o imperativo compromisso estabelecido pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, de primar pelo desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, demonstrado no decorrer desta conferência onde todos conselheiros, técnicos, gestores, trabalhadores e usuários construíram responsabilmente e coletivamente as propostas e deliberações desta conferência, que deverão nortear o horizonte das ações a serem desenvolvidas visando a consolidação do SUAS no estado do Ceará e no Brasil.

ANEXOS

DOCUMENTOS LEGAIS